

SUMÁRIO

1	Introdução	09
2	Evolução Histórica e Legislativa da Suspensão no Brasil ...	13
2.1	Legislação Referente às Suspensões de Segurança ..	13
2.2	Legislação Referente às Suspensões das Decisões Proferidas nas Demais Ações	23
2.3	Alterações Decorrentes de Medidas Provisórias	28
2.4	Atual Redação da Legislação	33
3	Considerações Sobre o Direito Estrangeiro	37
3.1	Direito Canônico	40
3.2	Direito Argentino	45
3.3	Direito Espanhol	48
3.4	Direito Francês	52
3.5	Direito Português	53
4	Natureza Jurídica da Suspensão	59
4.1	Medida Administrativa e/ou Política	60
4.2	Recurso	64
4.3	Ação Cautelar	65
4.4	Incidente Processual	67
5	Constitucionalidade da Suspensão	73
5.1	Questionamentos Decorrentes da MP 2.180-35/01 ...	86
6	Processamento da Suspensão	93
6.1	Hipóteses de Cabimento	93
6.2	Procedimento	104
6.3	Contraditório	113
6.4	Prazo	119
6.5	Recursos Concomitantes	121
7	Legitimidade Ativa Para a Suspensão	137
7.1	Pessoas Jurídicas de Direito Público	138
7.2	Pessoas Jurídicas de Direito Privado	143

7.3 Ministério Público	145
7.4 Outras Considerações Sobre a Legitimidade Ativa ..	149
8 Competência Para o Julgamento da Suspensão	153
8.1 Decisão de Primeiro Grau de Jurisdição	155
8.2 Decisão de Tribunal	163
8.3 Competência dos Tribunais Superiores	168
9 Recursos Contra o Julgamento da Suspensão	173
9.1 Agravo	173
9.2 Recurso Especial e Recurso Extraordinário	183
9.3 Outros Meios de Impugnação	186
10 Efeitos do Julgamento da Suspensão	189
10.1 Ultra-Atividade da Decisão	192
10.2 Extensão da Suspensão	202
10.3 Coisa Julgada	207
11 Julgamento da Suspensão	211
11.1 Conceitos Jurídicos Indeterminados	225
11.2 Interesse Público	236
11.3 Flagrante Ilegitimidade	244
11.4 Grave Lesão	247
11.5 Ordem Pública	251
11.6 Saúde Pública	258
11.7 Segurança Pública	261
11.8 Economia Pública	263
11.9 Outras Razões Para a Suspensão	269
12 Harmonização do Interesse Público no Exame da Suspensão	273
12.1 Responsabilidade Civil Decorrente da Suspensão ..	277
13 Conclusão	281
14 Referências Bibliográficas	289